

## IMPOSTOS

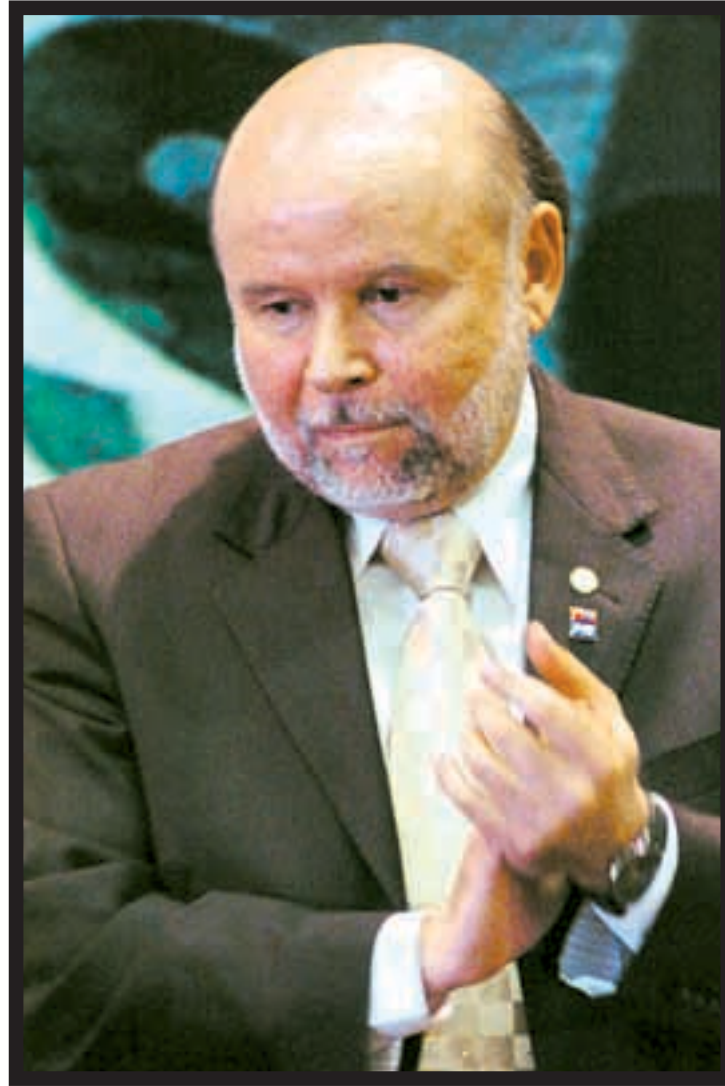
## Líderes de partidos da coalizão avaliam que será mais difícil pressionar governo por nomeações após a prorrogação do tributo

Dida Sampaio/AE - 15/3/07

Iano Andrade/CB - 20/8/07



O PEEMEBISTA HENRIQUE ALVES: PARTIDO QUER DIRETORIA NA PETROBRAS



LUCIANO CASTRO, DO PR, É CONTRA "FECHAR QUESTÃO" A FAVOR DO TRIBUTO

# Aliados querem cargos antes de votar a CPMF

DANIEL PEREIRA  
DA EQUIPE DO CORREIO

Partidos da base aliada aumentaram a pressão pela nomeação de afilhados para cargos de segundo e terceiro escalões da máquina pública. Lançaram uma ofensiva que consideram decisiva, pois avaliam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não precisará mais de ampla maioria parlamentar neste ano depois de o Congresso aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Em conversas recentes, líderes de PMDB, PTB, PR e PP transmitiram a interlocutores do presidente a insatisfação de suas bancadas com a demora para a conclusão do rateio dos postos. Asseguraram que seus comandados votarão com o governo independentemente da distribuição dos cargos, por reverência ao equilíbrio fiscal. Mas deixaram claro que as nomeações, se realizadas, resultarão em mais tranquilidade no plenário.

Os líderes lembraram que os

deputados sofrem pressão de governadores e prefeitos pela partilha da CPMF e da iniciativa privada pelo fim do tributo. Estariam entre a cruz e a caldeirinha.

"Há uma insatisfação na base. As nomeações acabariam com pretextos para não votar um projeto tão importante para o país", diz o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN).

Dono da maior bancada da Casa, com 93 deputados, o partido já conseguiu emplacar Luiz Paulo Conde na presidência de Furnas. Agora, trabalha pela nomeação, entre outros, de João Augusto Fernandes para a diretoria internacional da Petrobras. O posto é ocupado por Nestor Cervero, que resiste graças ao apoio do PT. Com 41 deputados, o PP quer a confirmação de Paulo

Roberto Costa na diretoria de Abastecimento da Petrobras, além de uma manifestação pública do presidente de que o diretor é indicação do partido.

“HÁ UMA INSATISFAÇÃO NA BASE. AS NOMEAÇÕES ACABARIAM COM PRETEXTOS PARA NÃO VOTAR UM PROJETO TÃO IMPORTANTE PARA O PAÍS”

Henrique Eduardo Alves (RN), líder do PMDB na Câmara

“Alguns cargos ainda não saíram. Confiamos no presidente e temos certeza de que ele honrará o compromisso assumido”, declara o líder do PP na Câmara, Mário Negromonte (BA). No mês passado, o PP conseguiu emplacar Leodegário Tiscoski e Luiz Carlos Bueno de Lima em secretarias do Ministério das Cidades.

Como os demais comandantes governistas, o líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), afirma que a aprovação da CPMF não será usada como moeda de troca pelos cargos. “Os parlamentares não podem fazer

chantagem. Não vamos discutir isso na hora da votação”, diz Arantes, um dos 20 deputados do partido. No fim de agosto, Lula escolheu para chefiar a Superintendência de Seguros Privados (Susep) Armando dos Santos Júnior, sugerido pelo PTB, partido que foi acusado no primeiro mandato de operar um esquema de corrupção no setor. A medida não foi capaz de saciar o apetite do aliado. “Existe um retardamento (nas nomeações)”, reclama Arantes.

PMDB, PP, PTB e PR não fecharam questão em favor da prorrogação da CPMF. E não tendem a fazê-lo. “Sou contra uma medida de força”, alega o líder do PR na Câmara, Luciano Castro (RR). Ele diz que a demora nas nomeações não impedirá a aprovação da PEC. Renderá, no máximo, reclamações, como a que o próprio partido, com 40 deputados, apresentou pelo fato de ainda não ter conseguido emplacar apadrinhados nas superintendências do DNIT em São Paulo, Sergipe e Santa Catarina. “São cargos que estão dentro do nosso ministério”, protesta Castro. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (AM), é senador eleito pelo PR.

## Planalto alerta para corte de emendas

Avisados por líderes de partidos sobre a insatisfação das bancadas com a demora para a nomeação de cargos de segundo e terceiro escalões, os ministros de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e da Fazenda, Guido Mantega, deixaram claro que o governo terá de cortar emendas parlamentares caso não seja aprovada a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Com o aviso, os ministros tentaram conter a pressão dos aliados, que foi retomada, ontem à noite, durante reunião no Palácio do Planalto. No encontro, os governistas da Esplanada e do Congresso decidiram votar a PEC sem redução da alíquota, como reivindica a

iniciativa privada, e sem rateio do tributo com estados e municípios. Se confirmadas as previsões oficiais, a CPMF

renderá R\$ 36 bilhões em 2007 e R\$ 40 bilhões em 2008.

Depois da reunião, o líder do PR na Câmara, Luciano Castro (RR), disse que não fez pressão, mas apenas alertou o governo sobre um “descontentamento” da base. “Deputados têm perspectiva de liberação de emendas e solicitação de cargos. O governo não estaria chamando todos aqui se tudo estivesse um mar de rosas”, declarou o Castro. Ele assegurou que a votação da CPMF não está condicionada ao atendimento

das demandas. “Uma coisa não tem nada a ver com a outra.”

Pelo cronograma traçado ontem, o relatório do deputado Antonio Palocci (PT-SP) será apresentado amanhã na comissão especial que analisa a proposta. A votação será realizada na próxima semana na comissão e, se a pauta for destrancada, também no plenário da Casa. Conforme combinado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, líderes e ministros reafirmaram a disposição de não fazer concessões no Senado, onde a maioria governista é mais apertada. Isso, segundo os deputados, prejudicaria a imagem da Câmara. “Se mudar lá, volta para a Câmara e aí implode o ambiente”, disse o líder do PMDB na Casa, Henrique Eduardo Alves (RN), que mandou um representante para a reunião. (DP)

### SKAF, DA FIESP, VAI À CÂMARA

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e os economistas Raul Velloso e José Roberto Afonso participam hoje de audiência na Câmara para discutir a CPMF. A Fiesp lidera movimento pelo fim da contribuição e conta com o apoio de 1 milhão de assinaturas. Para a Fiesp, o tributo teve os recursos desviados para outros fins que não a saúde. Além disso, a União arrecadará mais em 2008, o que justificaria o fim do imposto.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



## Uma CPI muito necessária

A oposição pressiona duramente no Senado para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar possíveis irregularidades na transferência de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs). O prêmio que a oposição busca são eventuais confusões envolvendo dinheiro federal, o PT e ONGs comandadas por gente ligada à cúpula do partido e do governo. O governo resiste a que a CPI comece a funcionar. O que apenas reforça a necessidade de que ela entre em funcionamento, e rapidamente.

Uma grande vantagem das CPIs (ainda que de vez em quando alguém aponte isso como desvantagem) é que no mais das vezes elas são imprevisíveis, quando não incontroláveis. As CPIs que investigam a crise aérea, por exemplo, já tinham entrado em voo de cruzeiro quando aconteceu a tragédia do voo 3054 da TAM, em Congonhas. Rapidamente, os parlamentares tiraram a investigação do piloto automático e pegaram o manche nas mãos. O resultado aí está, na forma de uma faxina na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). É uma vitória parcial. A vitória completa será extinguir a Anac e retomar o antigo Departamento de Aviação Civil (DAC). Felizmente, é mais ou menos isso que o ministro Nelson Jobim está fazendo, na prática.

Mas voltemos à CPI das ONGs. Poucos assuntos merecem mais uma boa investigação do que a ação de ONGs que estejam eventualmente metidas em ilegalidades. Como disse, a oposição espera pela CPI pois talvez acredite que vai achar ladroagem com recursos do Orçamento Geral da União. Mas quem sabe a garimpagem não acaba trazendo também outro tipo de pedra preciosa? Será muito bom se a CPI das ONGs conseguir apontar onde o dinheiro público está sendo usado contra o interesse público. E será ótimo se ela porventura puder lançar alguma luz sobre casos de utilização aqui dentro de dinheiro estrangeiro destinado a financiar atividades antinacionais.

Não sei se o Senado vai dar prioridade a esse último filão, mas cá do meu canto vou ficar na torcida. Entre as na-

ções com grande território, o Brasil ocupa a lanterna quando o assunto é a proteção das fronteiras nacionais ou a ocupação ativa das regiões fronteiriças. As fronteiras do Brasil são uma peneira, especialmente no Centro-Oeste e no Norte. À fraqueza da presença militar brasileira, somou-se, nas últimas duas décadas, a anemia da presença estatal, especialmente em território indígena. Em amplas áreas de fronteira o que se vê são índios “brasileiros” falando inglês, francês ou alemão melhor que português. O que se vê é a atividade livre de ONGs e missionários estrangeiros, especialmente preocupados com tribos indígenas sentadas sobre ricas jazidas minerais e com acesso a recursos genéticos (animais, plantas) cobijados pelos laboratórios farmacêuticos multinacionais.

No dia em que alguém decidir colocar uma lupa sobre essas coisas todas estará prestando um serviço ao Brasil. Claro que a investigação pode começar pelo que já está em mãos. Qual é o sentido, por exemplo, de o estado brasileiro transferir a terceiros a atribuição de prestar atendimento médico a populações indígenas? Qual é o sentido de o estado brasileiro repassar a particulares a tarefa de implementar programas de alfabetização? Em Cuba, por exemplo, toda a educação básica é estatal e não há analfabetismo. Não se trata de concordar (ou não) com o regime político cubano, mas de fazer uma constatação: onde o estado tomou a si a tarefa de erradicar o analfabetismo e estabeleceu isso com uma prioridade, o analfabetismo acabou. Será que a CPI vai se preocupar com coisas assim? Tomara.